

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO n. 22/2016 - CGM

REF.: Processo n. 6067.2016/0000120-5

PREGÃO ELETRÔNICO CGM/CPL n.07/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

CONTRATADA: EDSON CARDOSO ROCHA INFORMÁTICA - ME

Aos 15 dias do mês de novembro do ano 2016, pelo presente, de um lado o Município de São Paulo, por meio da Controladoria Geral do Município – CGM, CNPJ n. 04.545.693/0001-59, sediada no Viaduto do Chá, n. 15, 10º andar, Centro, São Paulo - SP, neste ato representada pelo seu CONTROLADOR ADJUNTO, Senhor Daniel de Paula Lamounier, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro a empresa **EDSON CARDOSO ROCHA INFORMÁTICA - ME**, CNPJ nº **08.834.272/0001-07**, com sede na Rua Apucarana, 949, Bairro do Tatuapé – cidade de São Paulo, estado de São Paulo, telefone: (11) 3807-1200, vencedora e adjudicatária da licitação supra, neste ato representada por seu procurador/representante legal, Senhor Edson Cardoso Rocha, R.G. [REDACTED], C.P.F. [REDACTED], conforme documento comprobatório, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto deste ajuste o serviço de disponibilização de uma Licença para Software Adobe Creative Cloud Desktop Apps All Multiple Patforms Multi Latin American Languages Term License & M&S 2 USERES Sku: 65223889AC01A24, pelo período de 02 (dois) anos. A licença deve possuir funcionalidades compatíveis com computador de 64 bits, em conformidade com as características e especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico CGM/CPL n. 07/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTACÃO

2.1. O valor da contratação é de R\$ 6.889,99 (seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)

2.2. O preço contratado abarca todos os custos, impostos, taxas, benefícios, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito fornecimento do objeto deste, cobrindo todos os custos decorrentes, inclusive em razão

✓
✓

de transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, emolumentos ou quaisquer outras, de modo que nada mais seja devido além do valor da proposta.

2.3. Para fazer frente às despesas do contrato, existem recursos empenhados, onerando a dotação nº 32.10.04.124.3012.8262.4.4.90.39.00.00, por meio da Nota de Empenho n. 105.816/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.1. Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS/DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

4.1. O prazo para efetuar a entrega será de até 15 dias corridos, contados da data da assinatura deste instrumento.

4.2. Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I – Termo de Referência (Especificações Técnicas do Objeto) e na forma estabelecida no Edital do Pregão Eletrônico CGM/CPL nº 07/2016. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

4.3. O objeto deste Contrato deverá ser entregue eletronicamente, junto com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura na Coordenadoria de Promoção à Integridade – COPI da Controladoria Geral do Município de São Paulo, pelo email: copi@PREFEITURA.SP.GOV.BR.

4.4. Após a entrega total e a conferência dos itens, a CONTRATANTE emitirá o “Termo de Aceite da Entrega” no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, desde que estejam de acordo com o especificado no termo de referência, na nota fiscal e no contrato.

4.5. Caso os produtos não correspondam ao edital, à proposta, ao contrato e ao termo de referência, ou apresentem problemas técnicos, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela CONTRATANTE, a sua substituição/correção, interrompendo-se nesse período o prazo de emissão do Termo de Aceite correspondente.

4.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir a terceiros o objeto do Contrato, no todo ou em parte, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias da entrega do objeto, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, nos termos do item 4.4. deste contrato.

5.1.1. Caso a Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura não seja entregue juntamente com o objeto, o prazo de 30 dias estabelecido no item 5.1. contar-se-á de sua entrega.

✓

✓

5.1.2. Caso sejam necessárias providências complementares pela CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

5.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto n. 51.197/2010, de 22/01/2010.

5.4. Qualquer pagamento não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1. As decorrentes de lei e de todo contrato desta natureza;

6.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.2. São obrigações da CONTRATADA, além daquelas já estipuladas no presente contrato:

6.2.1. Entregar os bens no endereço eletrônico indicado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Além das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, o fornecedor estará sujeito às penalidades a seguir discriminadas:

7.1.1. Multa por atraso na entrega do objeto: 1% (um por cento) sobre a quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento).


7.1.2. Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias, a contratante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

7.1.3. Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue.

7.1.4. Multa por inexecução total: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

7.2. Caso sejam constatados problemas técnicos relacionados ao objeto entregue, ou que os produtos não correspondam ao edital, à proposta, ao contrato e ao termo de

2



referência, a CONTRATADA deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor do material entregue irregularmente, até o vigésimo dia, após o qual incidirá a multa prevista no item 7.1.3, podendo ser aplicada, cumulativamente, pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 2 (dois) anos.

7.3. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nos subitens acima, sempre sobre o valor total pactuado.

7.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.5. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis da intimação da Contratada.

7.6. A critério da Administração, e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Administração Pública no âmbito deste ajuste, nos termos do parágrafo único do art. 55 do Decreto Municipal n. 44.279/2003. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

7.7. Poderá ser proposta pelo gestor/fiscal do contrato a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, caso entenda que a irregularidade perpetrada não é de natureza grave.

7.8. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

7.9. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Integram este Contrato, para todos os efeitos, o Edital de Licitação CGM/CPL n. 07/2016, o Termo de Referência (Especificações Técnicas do Objeto) e a proposta de preço da CONTRATADA.

8.2. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato implica no pleno conhecimento dos elementos dele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento como fato impeditivo do seu perfeito cumprimento.

~
H

8.3. Nenhuma tolerância das partes quanto ao descumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

8.4. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.


8.5. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

8.6. A CONTRATADA, no ato da assinatura deste instrumento, apresentou todos os documentos exigíveis por ocasião da habilitação necessários à contratação, inclusive demonstração de não inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, nos termos da Lei n. 41.094/05 e Decreto n. 47.096/06.


8.7. Fica eleito o foro da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo às partes contratantes que lido e achado conforme, é assinado em três vias de igual teor pelas partes e duas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 25 de novembro de 2016.



Daniel de Paula Lamounier
Controlador Adjunto
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATANTE



Edson Cardoso Rocha
Proprietário
EDSON CARDOSO ROCHA INFORMÁTICA - ME
CONTRATADA